

**ATA DA VII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DE
ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL
Hotel Rio Mar, Macapá, Amapá 28 e 29 de junho de 2016**

1 Às 09:00hs do dia 28 de junho de 2016, no Hotel Rio Mar, em Macapá, Christoph Jaster,
2 presidente do Conselho Consultivo, e Marcos Pinheiro, moderador, abrem a VII Reunião
3 Ordinária do Conselho. Christoph passa à leitura da Ata da VI Reunião, realizada em
4 Porto Grande em novembro de 2015. Após sua leitura, Vivianne Eilers, do Ibama, sugere
5 apenas que as siglas sejam escritas por extenso. Conselheiro Bruno Caporrino, do
6 Instituto Iepé, pede a palavra para questão de encaminhamento: face ao processo de
7 renovação do Conselho, que vem sendo debatido nas últimas reuniões e atividades extra-
8 plenária, coloca à disposição a secretaria das reuniões, perguntando se não haveria na
9 plenária algum conselheiro que se dispusesse a assumir a redação das atas, que vêm
10 ficando a seu encargo desde 2012. Recomenda que seja algum conselheiro de órgão
11 público. Ninguém se oferece. Pergunta, então, se a plenária aprova que continue lavrando
12 a ata. Aprovado. Leonardo Rosa, jovem protagonista do Mosaico e aluno da Efapen, ao
13 se apresentar, gostaria de frisar seu desagrado quanto à ausência do Inkra na plenária.
14 Dando prosseguimento à programação, Décio Yokota do Iepé faz um informe sobre o
15 Workshop Nacional de Mosaicos de Áreas Protegidas, realizado pela Rede Nacional de
16 Mosaicos de Áreas Protegidas em conjunto com o Iepé, WWF, Imazon e ICMBio e sobre
17 a iniciativa em prol do Mosaico na Calha Norte apoiada pelo Iepé, a qual Décio expõe em
18 riqueza de detalhes. A seguir, dando continuidade à programação, Christoph Jaster,
19 presidente do Conselho e chefe do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque faz
20 uma apresentação sobre a pré-avaliação da biocontaminação por mercúrio no Parque,
21 realizado em parceria com a WWF-Brasil, e tendo a ictiofauna como recorte prioritário
22 para o diagnóstico. Jaster descreve a metodologia e apresenta resultados, preocupantes
23 para o caso dos peixes topo de cadeia como Mandubé e Piranha Preta, especialmente
24 nos rios Araguari – que apresentou taxas acima do máximo convencionalmente permitido.
25 Décio Yokota, do Iepé, complementa essa apresentação enaltecendo que esse é um
26 tema privilegiado para compreender a pressão exercida sobre as áreas protegidas do
27 Mosaico e, a partir disso, a possível atuação enquanto Mosaico para diminuí-la. Findas as
28 apresentações, o jovem protagonista Leonardo Rosa, aluno da Efapen, pergunta como o
29 Mosaico pode atuar em prol da mitigação desses impactos. Christoph Jaster, por sua vez,
30 responde que o garimpo é uma atividade econômica que traz consigo diversos problemas
31 para além da contaminação (tráfico de drogas e armas, evasão de divisas, prostituição,
32 prostituição infantil, trabalho infantil, trabalho escravo), sem deixar de lado os interesses
33 da sociedade, mas visando a fiscalização e sua regulamentação a fim de diminuir os
34 impactos negativos da atividade que, sabidamente, ocorre. Uma proposta é a
35 consolidação de um ambiente inter-agências (forças armadas, fazenda pública, Ibama,
36 polícia federal). Cacique Aretina Tiriyo pergunta o que pode ser feito para repelir os
37 garimpos que existem no entorno e até mesmo dentro das terras indígenas, e que tantos
38 prejuízos trazem aos povos indígenas e seus ambientes. Christoph Jaster responde que o
39 Estado tem, por meio de suas agências, atribuições muito claras nesse sentido, mas que,
40 infelizmente, a começar pelo orçamento que o próprio Estado designa às agências, o
41 apoio Estatal à fiscalização é falho e precisa ser melhorado. Walmir da Infactopel alerta
42 para os riscos iminentes à descoberta, pela mineradora Beadell, de um veio de ouro na
43 Mina Tucano, em Pedra Branca, e quanto à ausência do poder público, especialmente
44 quanto à regulamentação e fiscalização que é seu dever. Salienta que essas agências
45 fiscalizadoras sequer se fazem presentes nas reuniões do Mosaico, muito menos na
46 mina, e enaltece o quanto o Mosaico teria poder de permitir controle sobre tal tipo de

47 atividade. Décio Yokota complementa afirmando que estudos na Guiana revelam que,
48 afora os riscos de contaminação por mercúrio e cianeto (mais perigoso ainda), há um
49 esquema por meio do qual as mineradoras “esquentam” ouro na verdade extraído de
50 garimpos – ilegais. Jatuta Wajãpi, do Conselho das Aldeias Wajãpi Apina, reitera que
51 essa é uma questão que preocupa imensamente os Wajãpi desde o princípio de seu
52 contato com os não-índios, e solicita que o Iepé, o ICMBio, o Mosaico, se dediquem a
53 fazer mais pesquisas sobre isso e, além disso, com base nessas pesquisas, fazer
54 iniciativas para vetar os garimpos de vez na região. Zara Guedes, conselheira por Pedra
55 Preta, Serra do Navio, expõe grandes preocupações quanto ao licenciamento ambiental
56 para extração de madeira no Parque Natural Municipal do Cancão, uma vez que a
57 Prefeitura de Serra do Navio tem dado licenças para que pessoas extraíam madeira do
58 Parque. Bruno Caporrino, do Programa de Articulação Regional do Iepé, e membro do
59 secretariado executivo do Mosaico aproveita para contar à plenária que o Iepé, enquanto
60 componente do secretariado executivo, disparou, além do ofício circular 001/2016,
61 convidando os conselheiros à VII Reunião, um outro ofício, do secretariado executivo do
62 Mosaico, destinado especificamente às prefeituras, alertando que, infelizmente, segundo
63 a legislação e o regimento interno do Conselho do Mosaico, estas perderão suas
64 cadeiras. Bruno salienta que a prefeitura de Pedra Branca tem, com essa, duas faltas sem
65 justificativa; a prefeitura de Laranjal do Jari, teve outras duas faltas consecutivas sem
66 justificativa, e a prefeitura de Serra do Navio, no momento, segue para sua quarta falta
67 consecutiva sem justificativa. Segundo Bruno, isso revela o quanto é necessário fortalecer
68 o Mosaico, e ofertar vantagens ao poder público para que se aproprie de suas cadeiras.
69 Cita como exemplo a Unifap, que foi mobilizada por Bruno em quatro reuniões, mas hoje
70 não se faz presente porque o próprio Ibama oferece um curso hoje à Unifap. Rememora
71 as câmaras técnicas e salienta que a Unifap teria papel preponderante: infelizmente, a
72 Unifap tem, com essa, três faltas consecutivas sem justificativa. Lembra ainda que o
73 Mosaico é um esforço de articulação inter-institucional e inter-setorial extremamente
74 poderoso, especialmente no que se refere ao fortalecimento da governança sobre
75 políticas públicas, e que iniciativas conflitantes como o curso de educação ambiental e a
76 reunião de apresentação sobre a Plataforma Socioambiental, realizada pelo IIEB nessa
77 mesma data, revelam que estamos tendo dificuldades em nos articular. Luis Fernandes,
78 conselheiro pela RDS do Iratapuru, gostaria de inserir um ponto de pauta para a reunião:
79 conforme conversaram com Bruno Caporrino e Edilzamar Serrano, do Iepé, em Laranjal
80 do Jari, durante a reunião de mobilização tradicionalmente realizada pelo Iepé antes das
81 reuniões do Mosaico, gostaria de solicitar que o Mosaico discuta a venda de castanhais
82 por parte de moradores do entorno da RDS. Esses castanhais estariam sendo vendidos a
83 pessoas de fora, nomeadamente garimpeiros, o que é absolutamente ilegal e fragiliza não
84 somente a RDS como a coesão necessária entre seus comunitários. Marcos Pinheiro
85 recomenda que esse assunto, mais interno à relação dos castanheiros com a Secretaria
86 de Estado do Meio Ambiente, Sema, seja tratado em reunião separada, durante os
87 períodos de intervalo, a fim de alinhar entendimentos e pactuar encaminhamentos.
88 Jatuta Wajãpi apresenta novamente o ofício 070/2015 do Apina para o Mosaico, que,
89 conforme rememora, alerta para as invasões à Terra Indígena Wajãpi, ao Parque
90 Nacional Montanhas do Tumucumaque e à Floresta Estadual do Amapá. Jatuta lembra
91 que nesse ofício, lido à plenária durante a VI Reunião, mas que nada foi encaminhado em
92 termos de expedição conjunta até o momento – as invasões continuam e se acentuam.
93 Bruno Caporrino, do Iepé, aproveita o ensejo para lembrar que esse ofício, justamente,
94 motivou a discussão e a produção das moções do Mosaico, e que essa reivindicação e
95 seu não-encaminhamento revelam o quanto estamos com dificuldades de realizar ações
96 conjuntas enquanto Mosaico. Érico Kauano, do ICMBio-Flona, fala sobre a crise

97 institucional que vem sendo vivenciada pelo ICMBio, que tem recursos contingenciados
98 ao ponto de estarem inclusive a ponto de perderem os servidores. Explica que com a falta
99 de pagamento os vigilantes abandonaram seus postos e que o ICMBio não dispõe,
100 atualmente, sequer de combustível para realizar ações. Érico solicita à plenária, por fim,
101 que redija uma moção ao governo federal apontando essa situação e reivindicando o
102 apoio aos órgãos como Ibama e ICMBio. Marcos, da RDS, solicita que o Conselho
103 apresente minuta. Dando continuidade à programação, Marcos Pinheiro passa a palavra a
104 Bruno Caporrino, do Iepé, para que faça a apresentação do ponto de pauta relativo ao
105 quórum para aprovação de documentos do Mosaico. Bruno rememora o processo por
106 meio do qual, durante a VI Reunião do Conselho, este se dedicou a se apropriar dos
107 mecanismos por meio dos quais pode apresentar ao Estado e à sociedade civil suas
108 reivindicações e decisões, tais como moções e cartas abertas. Relembra também que, a o
109 estímulo foi a apresentação, pelo Apina, de uma moção ao Mosaico, por meio do Ofício
110 070/2015, em que o Apina faz uma moção para o Mosaico em prol da vigilância e
111 fiscalização integradas. Esse foi o gancho por meio do qual se pôde introduzir a pauta das
112 moções, com a qual o secretariado executivo já havia se comprometido. Bruno recorda,
113 rapidamente que, durante a VI Reunião, a plenária foi informada por Marcos Pinheiro
114 sobre os instrumentos por meio dos quais o Mosaico pode expressar suas decisões e
115 apontar ao Estado suas reivindicações, tais como cartas abertas e moções, e que, após
116 essa instrução, os conselheiros produziram moções do Mosaico, que não puderam ser
117 aprovadas pela falta de quórum, agravada pela total ausência do poder público no último
118 dia. Bruno salienta que há a necessidade de diferenciarmos moções do Mosaico de
119 moções para o Mosaico, propondo que essa é uma regra que deve ficar subentendida e
120 que o secretariado executivo deliberou que não é necessário que se altere o regimento
121 interno nesse sentido. Bruno afirma, por fim, que, por conta da salutar discussão que
122 tomou a última reunião sobre as moções, o Conselho decidiu colocar em pauta, para essa
123 VII Reunião, uma possível alteração no Regimento Interno do Conselho, a fim de
124 estabelecer qual o quórum necessário para que um documento seja aprovado, e qual é o
125 critério, por sua vez, para que se considere que, observado o quórum, um documento seja
126 legítimo – uma vez que o Regimento Interno não disciplina isso especificamente.
127 Apresenta, portanto, uma minuta de emenda ao regimento, tal como segue: “Art. 12. O
128 Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental poderá, após
129 apreciar assuntos em sua plenária, redigir documentos públicos em nome do Mosaico de
130 Áreas Protegidas da Amazônia Oriental como Moções, Cartas Abertas e Petições,
131 contanto que:

132 I – Haja consenso, prioritariamente pleno, dentre o presentes na plenária em que o
133 assunto, seu encaminhamento e a forma textual como serão apresentados, forem
134 aprovados.

135 II – Não havendo consenso pleno, passa-se à votação, observando a necessidade de
136 estarem presentes, quando desta plenária, 50% mais um dos conselheiros titulares e/ou
137 suplentes.

138 III – Será necessário que 50% mais um dos presentes aprovem o texto final, caso haja a
139 necessidade de votá-lo”. Rui Albuquerque, da Sema, pede a palavra e afirma que,
140 segundo o Snuc, no que tange aos conselhos de UCs que no caso da paridade se
141 privilegie o voto dos conselheiros da sociedade civil, a fim de assegurar controle social
142 sobre a gestão das UCs. A plenária passa a debater, portanto, se é de fato necessário
143 que se estabeleça como regra que estejam presentes 50% mais um dos conselheiros na
144 plenária, para aprovação de um documento, ou não. E passa a debater se seria
145 necessário que além disso, esse quociente seja paritário entre sociedade civil e poder
146 público, conforme Bruno Caporrino havia apontado que, durante a VI Reunião foi

147 aventado por Décio Yokota, ou não, bastando constar no Regimento o corte do quórum.
148 Bruno Caporrino rememora o objetivo dessa alteração: possibilitar que o Conselho aprove
149 e divulgue suas opiniões a e, estipulando critérios mínimos, salvaguardar a legitimidade
150 do Mosaico enquanto instância de governança que realmente possa influenciar políticas
151 públicas. Marcos Pinheiro salienta que a Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas, Remap,
152 vem debatendo de maneira sistemática possíveis reformas na legislação que disciplina as
153 portarias de criação dos Mosaicos, que vêm deixando suas configurações muito
154 estanques, motivo pelo qual a ausência drástica de alguns órgãos sempre impede que
155 haja quórum e enfraquece os Mosaicos. Relembra, então, que o secretariado executivo
156 vem se dedicando a possibilitar a renovação do Conselho e recomenda que, com vistas a
157 isso, órgãos que faltam sem justificativa, conforme o Regimento, sejam de fato retirados
158 da composição do Mosaico. Chega-se ao consenso que é o critério para aprovação de
159 documentos do Mosaico, inscrito no Regimento, deve ser a presença de, no mínimo, a
160 maioria simples dos conselheiros titulares e/ou suplentes e que, dentre estes, a maioria
161 simples aprove a redação de um documento. Viviane Eilers, do Ibama, relembra que o
162 Regimento Interno do Conselho dispõe, em seu Art. 21, que para que se proceda
163 alterações no próprio Regimento, este disciplina que é necessário que 2/3 dos
164 conselheiros a aprovem, e que essa seja subscrita por maioria simples deles. Marcos
165 Velho, da Funai, relembra que, conforme dispõe o Snuc, os órgãos públicos não são
166 obrigados a aceitar convites para compor conselhos como o do Mosaico mas que, uma
167 vez aceitos, tais convites impliquem em uma obrigatoriedade da participação.
168 Recomenda, por fim, que o secretariado executivo do Mosaico encaminhe ao Ministério
169 Público Federal um processo que engendre uma recomendação do mesmo obrigando os
170 órgãos públicos que aceitaram cadeiras a se apropriar delas, atuando conforme dispõe a
171 legislação que disciplina claramente suas obrigações. Zara Guedes, por seu turno,
172 salienta que a sociedade civil não compactua com a decisão de postergar para a próxima
173 reunião, novamente, a deliberação quanto aos critérios para aprovação de documentos do
174 Mosaico, secundada por Luis Fernandes, que reitera que os órgãos que compõem o
175 Mosaico têm obrigações e que, se desejam que o Mosaico não promulgue documentos
176 que não estejam de acordo com sua visão, devem se fazer presentes nas reuniões do seu
177 Conselho. Conselheiro Luis Fernandes ainda propõe que a plenária, contando com
178 apenas 50% mais um, já poderia deliberar sobre seus próprios documentos. Bruno
179 Caporrino relembra que o Mosaico é uma ferramenta de governança sobre políticas
180 públicas em escala regional, e que o objetivo do secretariado executivo tem sido,
181 justamente, empoderá-lo, tornando legítimas suas plenária, deliberações, e atuação, ao
182 propor esse debate, que ganhou nítidos contornos durante a última reunião do Conselho.
183 Para tal, salienta, é de suma importância que diretrizes sejam pactuadas a fim de legitimar
184 a atuação do Mosaico e impedir que algum agente questione a legitimidade do Mosaico, e
185 de seus documentos. Conselheira Cassandra Oliveira faz uma explanação sobre como o
186 conselho consultivo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque lida com essa
187 questão: estabelecendo uma regra segundo a qual basta que estejam presentes 50%
188 mais um dos conselheiros para que o Conselho produza moções e cartas abertas, e frisa
189 que isso assegura a paritariedade entre sociedade civil e poder público de maneira
190 orgânica. Considerando que há conselheiros em trânsito, oriundos da Perimetral, e que
191 sua chegada totalizará o quórum estabelecido pelo Regimento, faz-se a pausa para
192 almoço a fim de que sua chegada se concretize. Dando prosseguimento aos trabalhos,
193 retornamos do almoço com a consideração de Marcos de que, com a chegada de alguns
194 conselheiros, talvez tenhamos quórum necessário para aprovar mudanças no regimento.
195 A fim de permitir a chegada desses conselheiros, dá prosseguimento à pauta, passando
196 ao primeiro módulo do processo formativo que o Mosaico pactuou iniciar durante suas

197 reuniões: “Processo Formativo do Conselho (etapa I): organizações sociais, participação,
198 e atuação em forma de redes e alianças”. Finda a apresentação, Marcos propõe que a
199 plenária se divida em três grupos e proponha recomendações para os conselheiros. Antes
200 que os grupos apresentem, conselheiro Walmir Miranda Campos, representante da
201 Infactopel, pede a palavra e salienta que, observando o lista de presença, constata que
202 há, no momento, quórum para que aprovemos emendas ao Regimento e, além disso,
203 aprovemos as moções, e insta com o Poder Público, especialmente as prefeituras de
204 Serra do Navio e Pedra Branca, que, se não desejarem que moções saiam de tais modos
205 em seus nomes, participem do Mosaico – tal deve ser, afirma, a estratégia do Mosaico:
206 aprovar as moções e forçar, assim, que os órgãos ausentes sintam os impactos de sua
207 ausência, fazendo com que, assim, se esforcem para ocupar o valioso lugar que é deles
208 por direito, mas não por razão. Os relatores dos grupos apresentam, portanto, as suas
209 recomendações, que poderão ser acessadas no relatório da reunião. O segundo dia de
210 reunião é aberto com a revisão da programação e apresentação dos recém-chegados.
211 Marcos Pinheiro apresenta a sistematização das recomendações para os conselheiros
212 oriundas do trabalho em grupo do primeiro dia, e propõe que elas se tornem um
213 documento do Mosaico, a ser anexado aos ofício-convite e outros documentos. A plenária
214 o aprova. A seguir, apresenta os assuntos levantados pelos conselheiros durante a VI
215 reunião para os processos formativos, e pede à plenária que se levante e vote no quadro
216 em qual deles gostaria que fosse tema da capacitação da próxima reunião. Os dois
217 pontos mais votados foram “cidadania e políticas públicas” e “conservação da natureza e
218 mudanças climáticas”. O terceiro ponto mais votado foi “Capacitação e elaboração de
219 projetos”. Conselheira Zara Guedes faz uma fala frisando a importância de capacitações
220 em gestão e execução de projetos para a sociedade civil e também para os gestores,
221 especialmente municipais, que, sabidamente, não têm preparo para fazer a gestão no dia
222 a dia. A seguir, Marcos Pinheiro passa a palavra para Heraldo Neves Pereira Gomes,
223 servidor do Instituto Estadual de Florestas, que explana sobre o Conselho Consultivo da
224 Floresta Estadual do Amapá – Flota. Heraldo faz um histórico do processo de
225 consolidação da Flota, desde a promulgação da Lei 1.028/2006 que a institui até sua
226 configuração fundiária até chegar à composição de seu conselho consultivo. Acabada a
227 apresentação, Zara Guedes pergunta se o Conselho da Flota tem se reunido e decidido
228 sobre o seu próprio processo de formação. Bruno Caporrino pergunta como o IEF tem
229 feito para assegurar a legitimidade desse processo, se o conselho atual não se reúne há
230 quase um ano e meio, e não deliberou sobre seu próprio processo de renovação: ou seja,
231 o Conselho da Flota, que teoricamente visa assegurar a participação popular na gestão
232 da unidade e de si próprio, não deliberou como seria o processo de renovação que o IEF
233 vem conduzindo por si mesmo, sem ter consultado os próprios conselheiros. Heraldo
234 argumenta que o IEF tomou para si a responsabilidade de reconduzir o conselho porque o
235 mandato do conselho atual já se encerrou, de modo que o IEF é que está fazendo o
236 processo de recondução, realizando reuniões nas comunidades e elegendo os
237 representantes para compor o conselho. A seguir, Marcos Pinheiro passa a palavra a
238 Rafael Santana, também do Instituto Estadual de Florestas – IEF, que explana à plenária
239 sobre o processo de licitação para a concessão florestal na Flota. Explana sobre o edital
240 de concessão florestal e que a licitação foi baseada na publicação do edital, em dezembro
241 de 2015, com abertura de envelope em março de 2016. Apenas três empresas teriam
242 submetido propostas, de modo que ao segundo resultado da habilitação teria sido
243 publicado em março, com abertura de razões para recursos também em março. Quanto à
244 Unidade de Manejo Florestal II, as empresas, que teriam vícios, teriam sanado seus
245 problemas e, assim, teria sido aberto prazos para nova concorrência para essa UMF II. O
246 envelope com as propostas teriam sido abertos em 11 de maio, com apenas duas

247 concorrentes. Contudo, uma das empresas, a Forte Construções foi desclassificada por
248 ter se envolvido com a própria construção do edital. O edital teria sido, contudo, suspenso
249 pô rliminar, em maio de 2016. Rafael afirma que a Procuradoria Geral do Estado e o
250 Ministério Público teriam solicitado a suspensão do edital, entre outras coisas, por conta
251 da suspeita de haver moradores dentro da UMF. Salienta que o IEF está trabalhando na
252 construção de um novo edital, mas que antes de lançá-lo, o IEF está trabalhando num
253 novo inventário ocupacional. Makaratu Wajãpi pergunta como o IEF está fazendo
254 recondução do Conselho da Flota sem ter consultado o próprio conselho da Flota.
255 Heraldo responde, novamente, que o mandato do então conselho havia se encerrado,
256 motivo pelo qual o IEF assumiu a tarefa de recompô-lo, mudando seus atores. Senhor
257 Braz, da RDS alerta para a questão das castanheiras, que, além de terem uso sustentável
258 e comunitário, são protegidas por lei, sabendo que na UMF II a grande querela que fez
259 com que o edital fosse suspenso era relativa às castanheiras. Heraldo responde que o
260 IEF fez um estudo de mapeamento participativo nas UMFs e estabeleceu um zoneamento
261 nesse sentido. Rafael salienta ainda que o IEF tem auditores, como Heraldo, cuja função
262 é analisar o cumprimento, ou não, cláusula a cláusula, do contrato. Sebastião Gomes, da
263 Vila do Cachaço, em Serra do Navio, reafirma a necessidade de salvaguardar os
264 castanhais, pois conheceu contextos no Pará em que concessões desse tipo ameaçaram-
265 nos completamente. Elizandra, professora da Unifap, pergunta sobre a destinação dos
266 royalties, uma vez que 40% deles serão destinados aos órgãos gestores, ao que Rafael
267 responde que mesmo com a desvinculação a a destinação seria paritária. Cassandra
268 Oliveira, do ICMBio/Parna Tumucumaque salienta que os conselhos consultivos precisam
269 te ruma ação tão contínua quanto a gestão, e resgata o que dispõe o Snuc quanto ao
270 madato (que é de dois anos, renováveis), e salienta que o fato de haver um conselho que
271 não se reuniu, isso não significa que o conselho perdeu validade e mandato, e que a
272 renovação sem que o próprio conselho se reúna pode ferir a legitimidade do processo – a
273 renovação precisa participar do processo, segundo o que dispõe o próprio Snuc. O fato do
274 conselho já ter cumprido mais de dois anos de funcionamento não fere sua legitimidade,
275 especialmente no momento em que a Flota passa por essa reversão quanto às
276 concessões. Heraldo responde que o sentido do mandato é assegurar o principio de
277 renovação, motivo pelo qual o IEF vem procedendo a recondução e respeitando o direito
278 à reeleição. Heraldo argumenta que o conselho da Flota teve todas as condições de se
279 manifestar. Alcifran Viana, da Prefeitura de Laranjal, pergunta se o IEF fez algum estudo
280 sobre as empresas antes de finalizar o edital, sobre sua atuação pregressa em prol dos
281 planos de manejo e cumprimento dos critérios de concessão. Marcos Velho salienta que a
282 razão social do controle social do conselho não se extingue com a finalização do
283 mandato. Sua razão de ser tangencia questões afeitas aos próprios contratos, como se vê
284 nos casos das sanções quanto à derrubada de castanheiras, por exemplo, e enaltece a
285 necessidade de participação social na construção dessas políticas públicas, e que de
286 nada adianta buscar assegurar representatividade das mais variegadas manifestações
287 culturais e modos de vida, se esses fóruns como o conselho que visa assegurar isso, não
288 têm, por conta da atuação do Estado, influencia em políticas como essa das concessões:
289 conselhos não são apenas fóruns pró-forma, e é importante que o Estado de fato os ouça
290 e consulte, conforme salvaguarda a própria legislação. Heraldo responde que o IEF não
291 poderia impor no edital que uma empresa não poderia concorrer a ele por não ter
292 expertise. Quanto à pergunta de Marcos Velho, Heraldo coloca que a lei, muitas vezes,
293 deve ser criada em função do processo, e, algumas vezes, isso se dá ao contrário. E
294 afirma que nesse caso, a lei assegura certos direitos, mas é preciso que os atores
295 também estejam no nível de organização para apropriar-se dela, senão o Estado fica
296 tutelando-os. Argumenta que há proteção legal e o IEF tem seguido a legislação. Rafael

297 argumenta que os dois maiores problemas da Flota hoje são a regularização fundiária e o
298 edital de concessões. Bruno Caporrino faz uma rápida fala sobre a aplicação dos
299 questionários da WWF que a Rainforest solicitou que o Iepé aplique a fim de gerar
300 indicadores para a iniciativa Mosaico no Iepé a pactuou pontos focais para sua
301 aplicação. Aproveita o ensejo para colocar que é muito complicado o fato de o IEF lançar
302 um novo edital de concessões florestais sem que o conselho consultivo da Floresta
303 Estadual tenha apreciado esse edital e fazer as concessões, abrir e executar um processo
304 de licitação, sem que o conselho consultivo tenha se reunido e deliberado sobre isso.
305 Heraldo argumenta que não se trata de um novo edital, mas do mesmo edital sendo
306 praticamente todo revisto e alterado e que, assim que o conselho for renovado, será
307 instigado a apreciar o processo. A seguir, Marcos Pinheiro passa a palavra à Verena
308 Almeida, nova componente do Instituto Iepé, para versar sobre o Projeto Geflo para o
309 fortalecimento das políticas públicas florestais no Amapá, realizado pelo Gret (no qual
310 trabalhou) em parceria com a Conservação Internacional e o Instituto Estadual de
311 Florestas – IEF. Verena versa sobre o processo de capacitações promovido para
312 conselheiros da Flota pelo Projeto. Feita sua apresentação, Marcos Pinheiro passa a
313 palavra para Adriana Luz, do Instituto Estadual de Florestas – IEF, para que explique à
314 plenária sobre o Projeto Florestas Alimentando o Ar, desenvolvido em sinergia com a
315 Flona e com a Flota, e, portanto, com o ICMBio e com o IEF, contando com apoio da
316 Conservação Internacional, e financiamento da Daikin. A seguir, Marcos Pinheiro passa a
317 palavra a Bruno Caporrino do Iepé, que versa brevemente sobre o processo de consulta
318 prévia, livre e informada, regulamentado pela Convenção 169 da Organização
319 Internacional do Trabalho – OIT, e ratificado pelo Brasil em 2004. Bruno salienta que o
320 Protocolo de Consulta e Consentimento Wajãpi, primeiro do Brasil a ser consolidado,
321 disciplina como o Estado deve proceder a consulta prévia, livre e informada. Bruno
322 lembra que esse tema vem sendo debatido nas plenárias do Mosaico: o tema que será
323 submetido à consulta prévia, segundo o Protocolo Wajãpi, será com relação ao
324 ordenamento fundiário da Flota (Módulo I) e suas intersecções com o Projeto de
325 Assentamento Perimetral Norte. Bruno rememora o processo da Faixa da Amizade,
326 contextualizando-o face a como isso vem sendo abordado pelo Mosaico, e salientando
327 que na V Reunião do Mosaico esse assunto foi muito debatido e explicado: o Protocolo
328 Wajãpi foi apresentado, e Marcos Alexandre Kowarick, perito do Incra delegado para
329 tratar do Grupo Executivo que visa promover o ordenamento fundiário da Flota e suas
330 relações com a Flota, narrando o andamento dos trabalhos desse Grupo e os rumos do
331 ordenamento. Na ocasião, Incra, Sema e IEF também apresentaram as propostas formais
332 que serão submetidas à consulta prévia via Protocolo, com a adição da fala do Procurador
333 da República Thiago Cunha de Almeida, do MPF. Jatuta e Makaratu Wajãpi explicam
334 brevemente o Protocolo, o direito à consulta prévia, o tema que será submetido à
335 consulta, e que o financiador do processo de consulta, que é a Sema, ainda não pôde
336 promovê-lo porque a Procuradoria Geral do Estado devolveu o projeto, afirmando
337 inconsistência no texto de apresentação. Makaratu e Jatuta, que representam o Apina,
338 afirmam que a primeira reunião de consulta deveria ter ocorrido em abril, e que a segunda
339 teria que ter ocorrido em junho. Contudo, por conta desse atraso no financiamento, tais
340 reuniões ainda não foram realizadas, ficando a primeira para 16 de agosto. Cacique
341 Aretina Tiriyo enaltece a importância da consulta prévia, livre e informada, enquanto
342 direito fundamental aos povos indígenas, e narra a questão da Micro Central Hidrelétrica
343 que o Exército começou a construir na Missão Tiriyo sem consulta aos indígenas. Marcos
344 Pinheiro, então, lembra que a discussão quanto à alteração do regimento interno ficou
345 pendente e propõe uma chama para que se averigüe se há quórum, lembrando que é
346 necessário que 2/3 estejam presentes, o que perfaz um total de 20 pessoas entre titulares

347 e/ou suplentes e procede a chamada. Perfazemos, então, um total de 22 votantes.
348 Leonardo Rosa, jovem protagonista da Perimetral, aproveita o ensejo para solicitar,
349 formalmente, que os Jovens Protagonistas tenham cadeira no Mosaico. Marcos Pinheiro
350 pede à Bruno Caporrino do Iepé que apresente novamente a minuta de artigo que
351 produziu. Viviane Eilers relembra que o ponto em que a minuta se insere é no artigo 17, e
352 não 12, pois tal será o último artigo da seção que disciplina o funcionamento do Conselho.
353 A plenária debate a formulação da emenda, e, acatadas as sugestões à minuta, ela é
354 submetida à votação. 23 conselheiros aprovam a emenda, zero se abstém de votar, e
355 zero são contra, considerando aprovada a emenda ao Regimento e, portanto, seu artigo
356 17, que foi aprovado com a seguinte formulação: “Art. 17. O Conselho Consultivo do
357 Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental poderá, após apreciar assuntos em
358 sua plenária, redigir documentos públicos em nome do Mosaico de Áreas Protegidas da
359 Amazônia Oriental, tais como Moções, Cartas Abertas e Petições, contanto que:
360 I – Estejam presentes nessa plenária mais da metade dos conselheiros.
361 II – Haja consenso, prioritariamente pleno.
362 III – Não havendo consenso pleno, passa-se à votação.
363 IV – Será necessário que a maioria simples de todos conselheiros aprove o texto final,
364 caso haja a necessidade de votá-lo”. Esse é o artigo aprovado. Após o almoço, grupos se
365 dividem com multiplicadores para, a pedido de Bruno Caporrino do Iepé, aplicarem o
366 questionário “Protocolo para análise de efetividade de Mosaicos de áreas protegidas”,
367 formatado pela WWF e aplicado a quatro Mosaicos. Esse questionário visa subsidiar os
368 indicadores que o Iepé tem de atingir a pedido do financiador Rainforest Foundation da
369 Noruega, por meio do qual tem sido possível realizar boa parte das atividades do
370 Mosaico. Na volta, jovem protagonista Leonardo Rosa, da Efapen, que explica à plenária
371 sobre o trabalho que vem desenvolvendo enquanto aluno pela iniciativa Comundos (que
372 permitiu-lhe participar de intercâmbio no Maranhão) e em conjunto com Cassandra
373 Oliveira, do ICMBio, participar de atividade promovida pelo ICMBio junto aos jovens da
374 Resex Médio Juruá. Leonardo expõe um filme de sua autoria. A seguir, os jovens
375 protagonistas e alunos da Efapen Rafael, Adão, Damião e Leonardo, narram à plenária
376 como foi o II Fórum de Jovens Protagonistas do Mosaico, realizado em novembro
377 passado pelo Iepé, em parceria com o ICMBio, na RDS do Iratapuru, comunidade de São
378 Francisco. A seguir, Bruno Caporrino introduz o tema da “Carta de Intenções dos Wajãpi
379 e dos Moradores do Assentamento Perimetral Norte”. Depois de contextualizar as ações em
380 prol da Faixa da Amizade que culminaram na pactuação desse Protocolo Conjunto de
381 Intenções, Bruno enaltece o quanto essa é uma iniciativa Mosaco, por levar à ponta, e na
382 prática, diversos atores em sinergia para promover a gestão socioambiental integrada e
383 participativa de toda a região do Mosaico. Leonardo Rosa lê a carta. Marcos salienta que
384 há diversos editais que podem ser buscados para implementar as ações ali apontadas, e
385 Bruno Caporrino considera que essa iniciativa, tão central para o Mosaico, pode começar
386 a se estruturar a partir da criação e do fortalecimento do Comitê Gestor Paritário nela
387 estabelecido. Marcos Pinheiro passa, então, ao levantamento dos próximos passos.
388 Quanto à segunda reunião ordinária do ano, a plenária decide que será a 09 a 12 de
389 dezembro em Serra do Navio. Décio Yokota, do Iepé, aproveita o ensejo para divulgar à
390 plenária o Seminário de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas (Sapeg), promovido
391 pelo Iepé e pelo Imazon, que teve uma primeira edição em 2013, e que terá uma segunda
392 edição em novembro de 2016, em conjunto com o Pará, tal como a primeira edição, e que
393 ocorrerá em novembro. Para a próxima reunião fica estabelecido que a formação será
394 sobre cidadania e políticas públicas. Cassandra Oliveira aponta que a 24^a reunião do
395 Conselho do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque será durante os dias 3 e 4 de
396 agosto em Macapá. E informa sobre o curso de Guarda Parques que o ICMBio fará com

397 apoio da Ecam, começando em agosto desse ano também. Explica a estrutura do curso,
398 que conta com uma etapa teórica e uma etapa de campo, sendo lançado em julho o edital
399 para candidaturas. Informa também que em setembro haverá um processo de
400 capacitação dos comunitários para monitoramento da Biodiversidade. Esse é o segundo
401 curso de capacitação, que visa formar comunitários que moram e atuam no entorno das
402 unidades, ampliando assim a formação para o Parque Nacional do Cabo Orange. Giovani
403 Musial, da TNC explana sobre o Projeto com o BNDS que tem como componente
404 intercâmbios, de modo que a TNC tem discutido junto com o Iepé, com quem trabalha em
405 conjunto, estratégias para compatibilizar agendas e apoiar as iniciativas de interlocução
406 entre os Wajãpi e seus vizinhos. Ruth, do Instituto Internacional de Educação do Brasil,
407 expõe à plenária sobre os projetos que o IEB vem realizando no Amapá com comunitários
408 em prol de alternativas produtivas sustentáveis, como é o caso da atuação conjunta com
409 o ICMBio/Flona. Apresenta a Plataforma Socioambiental do Amapá. Com o atraso na
410 chegada do Procurador da República, Thiago Cunha de Almeida, Bruno Caporrino solicita
411 a palavra para lembrar o processo por meio do qual o Conselho vem debatendo, desde
412 sua V Reunião, como proceder a renovação proposta pelo Snuc – e que foi debatida
413 quando debatemos o Conselho da Flota. Bruno Caporrino relembra que foi se construindo
414 um entendimento acerca da responsabilização dos próprios conselheiros quanto ao
415 processo de renovação, uma vez que, conforme fica claro no caso do Conselho da Flota,
416 pode-se ferir a legitimidade quando o gestor ou secretaria executiva é que saem à frente
417 do processo de recondução. Bruno relembra que o Convite para a VII Reunião provoca a
418 sociedade civil e o Estado a reunirem seus colegiados e pactuar da maneira mais legítima
419 possível seus representantes. Relembra que nas diversas reuniões de mobilização os
420 conselheiros foram incentivados a reunir os colegiados que representam e estimulá-los a
421 apontar representantes, e pergunta se há indicações a serem protocoladas. Zara Guedes,
422 Sebastião Gomes e Rosivaldo, professor da Efapen, afirmam que não conseguiram
423 realizar suas assembleias, de modo que não foi possível trazer as atas e ofícios com as
424 indicações. Bruno Caporrino propõe então que para a próxima reunião ordinária, que será
425 em dezembro, todos, sociedade civil e órgãos públicos, tragam ao Mosaico documentos
426 onde apontam seus representantes para o Conselho. Aprovado. Com a chegada do
427 Procurador da República, Thiago Cunha de Almeida, passa-se a tratar sobre a Faixa de
428 Amizade e sobre a transferência de terras da União para o estado do Amapá. Fazendo
429 um histórico sobre a demanda Wajãpi pela Faixa da Amizade, e expondo a situação
430 fundiária e legal que envolve a Flota e o Projeto de Assentamento Perimetral Norte, o
431 procurador expõe em que medida, e de que maneira, o MPF abraçou a questão que,
432 atualmente, será objeto de consulta prévia, livre e informada segundo regulamenta a OIT
433 169 e conforme estipula o Protocolo de Consulta e Consentimento Wajãpi. O Procurador
434 salienta que, não obstante a OIT 169 salvaguarde o direito indígena à consulta prévia,
435 livre e informada, os assentados também têm direito à serem consultados pelo Estado,
436 como todo cidadão – sendo a diferença da OIT 169 salvaguardar o direito à
437 autodeterminação. Por esse motivo, o MPF vem acompanhando o processo de consulta,
438 e objetivando fazer com que o Estado, por meio do Incra, também consulte os
439 assentados. Informa que a proposta atual é que a faixa que hoje é Flota, e que tange o
440 limite da Terra Indígena Wajãpi, passe a deixar de ser Flota, e se torne uma área
441 protegida especial cuja finalidade seja promover a adaptação das regras dessa área às
442 necessidades das comunidades de assentados e dos Wajãpi, com um conselho gestor
443 específico, e um planejamento de uso específico, resultando em uma floresta estadual
444 específica. Disso decorrerão diversas questões, que objetivarão implementar essa
445 unidade. Trata-se, agora, afirma o Procurador, de configurar uma proposta que seja
446 submetida aos Wajãpi, via Protocolo de Consulta, e aos assentados. Atualmente, informa,

447 há grupos do governo do estado do Amapá trabalhando para formatar essa proposta, a
448 ser submetida à consulta, e salienta que os próximos passos são realizar a consulta
449 prévia, via Protocolo Wajãpi, e aos assentados, competindo ao MPF acompanhar a
450 questão a fim de assegurar sua constitucionalidade e que a consulta seja assegurada.
451 Quanto à transferência de terras da União para o estado do Amapá, rememora o histórico
452 dessa proposta, desde a constituinte de 1988, de modo a poder versar sobre a
453 necessidade do processo de transferência de terras, que desde a Constituinte de 1988
454 carecia de um decreto, não obstante já houvesse a lei que disciplinasse isso. Informa que
455 a lei determina que nem todas as glebas seriam transferidas, e estabelece quais glebas o
456 seriam, salvaguardando o que deveria permanecer sob a égide da União, tais como os
457 interesses da preservação ambiental, direitos coletivos, especialmente afeitos às
458 comunidades tradicionais, e patrimônio histórico e natural. Isso significa que as UCs
459 federais teriam seu território mantido sob a égide federal, tal como as terras indígenas,
460 que, segundo dispõe a Constituição, são patrimônio da União. O que passaria ao estado
461 seriam áreas destinadas à agricultura familiar e atividades sustentáveis, por exemplo,
462 conforme dispõe a lei. O decreto emitido em abril tem essa finalidade, informa o
463 Procurador: dar prosseguimento a esse processo. Dr Thiago aponta que essa
464 transferência preocupa a alguns grupos, como quilombolas, e agrada a outros grupos,
465 mas enaltece que tal transferência é prevista pela Constituição. Mas frisa que tal
466 transferência deve ser feita conforme alguns critérios firmemente salvaguardados por
467 ampla legislação, desde a Constituição e argumenta que o esforço deve consistir em
468 fazer com que os órgãos de controle chamem o Estado à legalidade, promovendo
469 monitoramento desse processo de modo a atender a essas salvaguardas, e salienta a
470 importância de instâncias de governança e participação nesse processo, tais como o
471 Mosaico. Acerca dos grupos quilombolas, que foram mencionados no decreto, Dr Thiago
472 afirma que, conforme a legislação brasileira determina, compete ao Estado zelar pelo
473 direito quilombola ao território – mas não estipula necessariamente se compete aos
474 municípios ou União fazê-lo. Historicamente, competiu ao Incra, órgão federal, proceder a
475 demarcação e titulação de territórios quilombolas. No caso do Amapá, há territórios
476 reconhecidos, e outros em processo – foi esse fator que deixou os quilombolas
477 extremamente preocupados com o decreto de transferência. Contudo, aponta, o estado
478 do Amapá também pode demarcar e titular territórios quilombolas. Contudo, as
479 comunidades que já teriam processos em andamento no Incra teriam que dar
480 continuidade a ele diante do estado do Amapá, caso a transferência fosse feita sem
481 algumas salvaguardas. Portanto, o Ministério Público Federal determinou que, para essas
482 comunidades que já teriam processos em andamento junto ao Incra continuariam sendo,
483 uma vez finalizados esses processos, terras federais, ficando fora, portanto, do processo
484 de transferência. Quanto aos interesses dos demais segmentos, como agricultores e
485 assentados, informa que o decreto já estipula que a preferência para regularização deverá
486 ser dada àqueles que já teriam processos de regularização encaminhados, bem como aos
487 agricultores e àqueles que exercem atividades sustentáveis. Quanto à região da faixa da
488 Amizade, considera que é forçoso observar o fato de que a Flota, unidade estadual, foi
489 criada sobre uma terra que ainda não havia sido arrecada pelo estado do Amapá, de
490 modo que, com a transferência, num cenário ideal, em que sejam respeitados o trabalho
491 do Grupo Executivo chefiado pelo Incra e as decisões resultantes do processo de
492 redefinição dos limites do PA Perimetral em sua intersecção com a Flota, que será objeto
493 de consulta via Protocolo Wajãpi. O Procurador acredita, afirma que, se o processo de
494 consulta resultar em consensos concretos, a transferência de terras será de grande ajuda,
495 uma vez que permitirá o ordenamento fundiário definitivo que tal processo visa,
496 justamente, orientar e concretizar. Leonardo Rosa agradece ao Procurador e manifesta

497 seu desagrado com a ausência do Incra e do Imap, novamente, na reunião do Conselho,
498 justamente num momento tão crucial como esse. E relembra que, graças às articulações
499 dos Wajãpi com seus vizinhos, acredita que não haverá conflitos, mas aponta que todo o
500 esforço do Mosaico deverá consistir em acompanhar o processo. Bruno Caporrino
501 relembra que o Mosaico vem se dedicando a orientar esse processo quando convoca
502 Marcos Kowarick, chefe do Grupo Executivo do Incra, para monitorarmos a questão da
503 Faixa da Amizade. Dona Oneide, de Tucano II, pergunta se, sendo assentada do PA
504 Perimetral, perderá seu lote, ao que o Dr Thiago argumenta que os assentamentos já
505 existentes serão mantidos, mas lembra que o Incra não ficou, quando do decreto, com
506 mais terras para instituir assentamentos. Lembra, ainda, que o decreto determina que o
507 Incra seja obrigado a proceder a implementação total dos projetos de assentamento de
508 que dispõe, sendo a questão da consulta fundamental para o ordenamento. Roberto
509 Bajara, da RDS, pergunta como ficarão as terras que, sendo áreas provadas da Jarí
510 Celulose, e que estão sendo pleiteadas por quilombolas, ao passo em que o Dr Thiago
511 responde que o decreto regulamenta a transferência de terras da união para o estado, e
512 não sobre áreas privadas. Contudo, afirma que, se a comunidade quilombola
513 tradicionalmente ocupa uma área titulada como privada, mediante processo de
514 reconhecimento e posterior titulação, somente então passará a ser território quilombola.
515 Verena Almeida, do Iepé, menciona a apresentação feita pelo IEF durante o dia de hoje
516 em que versaram sobre seu projeto de revisão do plano de manejo da Flota, entre outras
517 coisas, tais como a recriação do Conselho Consultivo. Pergunta ao Procurador, portanto,
518 se também estaria nos planos do MPF acompanhar essa revisão do plano de manejo da
519 Flota, uma vez que isso pode afetar o ordenamento da unidade, ao que o Procurador
520 responde que, sendo a UC estadual, compete isso ao Ministério Público Estadual. Marcos
521 Pinheiro comenta que na Lei 1.028/2006 consta que, caso o governo do Estado não
522 transformasse tais terras em que a unidade foi criada em área protegida. Pergunta ao
523 Procurador como ficaria a vigência desse dispositivo diante do decreto. Dr Thiago
524 argumenta que é possível pensar-se que, sendo o decreto de transferência posterior, ele
525 é que valeria, mas afirma que é necessário estudar melhor a questão. Conselheiro Luis
526 Fernandes, da RDS, versa acerca da questão da dúvida quanto aos limites da RDS com a
527 Jari Celulose, especialmente a interface conhecida como Banco de Arroz. Afirma que de
528 todas as diligências dos castanheiros ao Imap ouviram do órgão que esse promoveria a
529 solução. O Procurador afirma que desconhece essa situação específica e que o que pode
530 ser feito é uma reunião com Sema, Imap, MPF e Jarí para esclarecer isso. Não havendo
531 mais perguntas e colocações, Christoph Jaster finaliza a reunião.